



2025

Demonstrações Contábeis

Aqui você confere os indicadores de resultados da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	19.702	151.055
Contas a receber de clientes e outros	6	112.989	107.555
Tributos a recuperar	7	34.814	70.258
Outros ativos circulantes		5.888	3.037
		173.393	331.905
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Títulos e valores mobiliários	5	270.621	53.500
Caixa restrito	4.2	65.011	-
Tributos diferidos	8.1	444.186	469.372
Depósitos judiciais	16.5	23.852	62.509
		803.670	585.381
Imobilizado	9	3.353.916	3.495.324
Intangível	10	225.361	138.785
		3.579.277	3.634.109
		4.556.340	4.551.395
TOTAL DO ATIVO			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar	11	53.883	57.854
Empréstimos e financiamentos	13	194.271	188.565
Tributos a recolher	7	31.351	65.975
Encargos setoriais a recolher	12	10.136	15.722
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	16.934	14.917
Obrigações ambientais	21.1	30.553	24.552
Outros passivos circulantes		8.862	8.694
		345.990	376.279
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	1.671.576	1.813.159
Encargos setoriais		24.136	19.787
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	177.217	176.251
Provisões para litígios	16	129.006	127.354
Obrigações ambientais	21.1	77.789	-
Ressarcimento às Distribuidoras - Acordo com a ANEEL	15	493.998	527.019
Outros passivos não circulantes		821	1.319
		2.574.543	2.664.889
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17	2.486.901	2.486.901
Prejuízos acumulados		(851.094)	(976.674)
		1.635.807	1.510.227
		4.556.340	4.551.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 Em milhares de Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	125.580	9.785
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	125.580	9.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 Em milhares de Reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.486.901	(986.458)	1.500.443
Lucro do exercício	-	9.786	9.786
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.486.901	(976.672)	1.510.229
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.486.901	(976.672)	1.510.229
Lucro do exercício	-	125.580	125.580
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.486.901	(851.094)	1.635.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	18	924.861	898.496
Custos operacionais	19	(528.722)	(624.785)
RESULTADO BRUTO		396.139	273.711
Despesas operacionais	19	(43.434)	(35.431)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		352.705	238.280
Resultado financeiro	20	(196.075)	(229.173)
LUCRO OPERACIONAL		156.630	9.107
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		156.630	9.107
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(31.050)	678
CORRENTE		(5.865)	(3.687)
DIFERIDO		(25.185)	4.365
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		125.580	9.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do período antes do IR e CSLL		156.631	9.786
Ajustes para reconciliar o Lucro com o caixa gerado das operações			
Depreciação e amortização	10	153.214	171.197
Encargos financeiros	13	198.463	243.209
Receitas Financeiras		(5.688)	(5.162)
Atualizações de UBP		15.265	-
Provisões (reversões) operacionais		54.889	1.441
Ressarcimento às distribuidoras		(33.021)	-
Outros		494	(27.115)
		540.247	393.356
(Acréscimos)/decréscimo nos ativos operacionais			
Clientes	6	(5.434)	45.991
Impostos a recuperar	7	35.444	(53.026)
Outros		(2.853)	2.447
		27.157	(4.586)
(Acréscimos)/decréscimo nos passivos operacionais			
Fornecedores	12	(3.971)	(14.652)
Tributo a recolher		(33.242)	56.726
Encargos setoriais		(1.237)	14.070
Outros		30.224	(36)
		(8.226)	56.108
Pagamento de IR e CS		(7246)	-
Pagamentos de encargos financeiros	13	(150.386)	(156.553)
Pagamento de litígios		-	(12.324)
Cauções e depósitos vinculados		38.657	(2.109)
		(118.975)	(170.986)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		440.203	273.892
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	13	(183.954)	(187.662)
Pagamento UBP		(12.282)	(11.716)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		(196.236)	(199.378)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado		(7.082)	(8.744)
Aquisição de ativo intangível		(91.300)	(145)
Adição de Caixa Restrito		(65.011)	-
Aplicações/ Resgates financeiros (TVM)		(211.927)	(2.490)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		(375.320)	(11.379)
Acréscimo (redução) no caixa e equivalente de caixa		(131.353)	63.131
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	151.055	87.923
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	19.702	151.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Teles Pires Participações S.A. ("Companhia" ou "TPP") é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso. A usina possui potência instalada de 1.820 MW médio e Energia Assegurada de 930,7 MW médio.

Em 30 de Novembro de 2022, por meio da Portaria nº. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires e comercializada por ela ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 123,67 por MW/h referenciado em dezembro de 2023, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

A Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 851.094 em 2025 (prejuízo de R\$ 976.674 em 31 de dezembro de 2024). O lucro do exercício, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 125.580 (prejuízo de R\$ 9.785 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 172.597 em 2025 (e negativo de R\$ 44.374 em 31 de dezembro de 2024). A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

É previsto no plano de negócios da Companhia recursos de seus acionistas se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 9 e 10), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 8).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria executiva em 13 de março de 2025.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ((IASB) (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 3 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4.1. Novas normas e interpretações não vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Tabela 9 – Novas normas e interpretações vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas definem os requisitos para classificar e divulgar passivos com cláusulas de covenants como circulantes ou não circulantes. Além disso, apenas os covenants que devem ser cumpridos antes ou no final do período de reporte influenciam essa classificação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros	Novos requisitos de divulgação para operações de Risco Sacado (Reverse Factoring).	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas exigem que o vendedor-arrendatário mensure o passivo de arrendamento resultante da transferência de um ativo, que é reconhecida como receita de venda, e do retro arrendamento (Sale and Leaseback) de modo que não haja reconhecimento de ganho ou perda sobre o direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

2.4.2. Novas normas e interpretações não vigentes

Tabela 10 – Novas normas e interpretações não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/ IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtópicos. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2025.





NOTA 3 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes, sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.6	Ressarcimento às distribuidoras	Estimativa dos valores a serem desembolsados via mecanismo de contas gráficas.
6	Clientes	Avaliação de perda de crédito esperada
8	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
15	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais

NOTA 4.1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Tabela 3 – Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	19.702	3.175
Aplicações Financeiras	—	147.880
	19.702	151.055

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras é de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa compreendem as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 4.2 – CAIXA E RESTRITO

Os valores referem-se a operações compromissadas atreladas a garantias contratuais de empréstimos e financiamentos.

Tabela 3.1 – Caixa restrito

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa restrito	65.011	—
	65.011	—

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Tabela 4 – Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimento	270.621	53.500
Total	270.621	53.500

A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de repasse junto ao Banco do Brasil. Os recursos depositados em garantia somente serão resgatados após o vencimento dos contratos. A remuneração média é de 100% CDI.

A Companhia mantém em seu ativo não circulante em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras, considerando o ciclo operacional da Companhia e a ausência da necessidade de liquidação desses ativos para o cumprimento das obrigações garantidas dentro do período de até doze meses após a data do balanço patrimonial. Deste modo os referidos TVM foram classificados no ativo não circulante.

Os títulos de valores mobiliários mencionados nesta nota explicativa têm por expectativa garantir o cumprimento de obrigações da Companhia.

Prática contábil

São registrados em títulos e valores mobiliários, as aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide a nota 4.

A Companhia mensura seus títulos e valores mobiliários a valor justo, registrando as variações em contrapartida ao resultado

NOTA 6 – CLIENTES

Tabela 5 – Clientes

	31/12/2025		31/12/2024	
	A vencer	(-) PCLD	Total	Total
Circulante	—	—	—	—
Suprimento	113.120	(131)	112.989	107.555
Outros	—	—	—	—
	113.120	(131)	112.989	107.555

Suprimento de energia

O saldo de contas a receber de Suprimento de energia elétrica compreende os recebíveis oriundos da venda de energia. O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

Prática contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo preço da transação e, subsequentemente, pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos.

Estimativas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, considerando, principalmente, o histórico de inadimplência, que é baixo.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Tabela 7 – Impostos e contribuições – Circulante

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
IRPF/CSRF	4.417	17.781	—	—
IRPJ/CSLL	8.592	—	1.585	3.687
PIS/COFINS	21.575	52.248	27.671	58.403
ICMS	229	229	1.107	1.446
Outros	—	—	988	2.440
	34.813	70.258	31.351	65.976

Prática contábil

NOTA 8 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

8.1. Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tabela 9 – IR e CSLL diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante	—	—
Imposto de Renda	326.497	346.201
Contribuição Social	117.689	123.171
	444.186	469.372

8.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos não circulante

Tabela 11 – Composição IRPJ e CSLL

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante (PF e BN)	430.940	265.660
Diferenças temporárias:		
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(11.809)	(15.064)
Provisão para Processos Judiciais	43.862	20.173
Provisões Ambientais e para desmantelamento	—	15.458
Arrendamentos Capitalizados (aluguel IRFS)	—	674
Ressarcimento às Distribuidoras – Acordo ANEEL'	—	179.186
Outros	(18.807)	3.285
	13.246	203.712
TOTAL	444.186	469.372

¹ O saldo de base do imposto diferido sobre o ressarcimento às distribuidoras foi reclassificado para base negativa e prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

A Companhia possui tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

Tabela 12 – Realização esperada

	Tributos Diferidos Líquidos	
2026	39.651	
2027	11.486	
2028	13.315	
2029	68.676	
2030	27.535	
2031 a 2036	283.523	
	444.186	

8.3. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Tabela 13 – Conciliação IR e CSL

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	156.630	9.107
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(53.254)	(3.096)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro (Compensação PF e BN):		
Compensação de prejuízos fiscais	—	7.405
Incentivos fiscais	16.267	1.596
Ajuste de exercícios anteriores	6.633	—
Outras adições (reversões) permanentes:		
Outras	(696)	(5.226)
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL das operações	31.050	679
Alíquota efetiva	20%	7%

Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente. O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abranente.

IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime do lucro fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias), e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas inerentes às suas naturezas de estimativa de longo prazo de preços de energia, prazos dos contratos de concessão e nível de avanço e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, podem afetar o valor estimado dos ativos fiscais diferidos.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

Tabela 26 – Mutação do imobilizado - corrente e comparativo

	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	3,21	3,26	3,81	—	18,65	5,72	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.665.825	998.494	806.107	22.902	29	1.967	3.495.324
Adição	—	439	1.757	4.886	—	—	7.082
Depreciação	(66.364)	(43.980)	(38.102)	—	—	(44)	(148.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.599.461	954.953	769.762	27.788	29	1.923	3.353.916
Custo	2.406.535	1.459.298	1.169.998	27.788	1.743	3.735	5.069.097
Depreciação Acumulada	(807.074)	(504.345)	(400.236)	—	(1.714)	(1.812)	(1.715.181)

	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	1,79	1,55	1,45	—	14,59	5,72	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.741.982	1.047.503	845.131	14.378	251	2.242	3.651.487
Adição	—	—	—	8.741	4	—	8.745
Depreciação	(76.157)	(49.009)	(39.062)	—	(226)	(454)	(164.908)
Transferências	—	—	39	(217)	—	—	178
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.665.825	998.494	806.107	22.902	29	1.966	3.495.324
Custo	2.406.535	1.458.859	1.168.241	22.902	1.743	3.735	5.062.015
Depreciação Acumulada	(740.710)	(460.365)	(362.134)	—	(1.714)	(1.769)	(1.566.692)

Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada. Os itens do ativo imobilizado referem-se, substancialmente, à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para seus bens, utilizando as taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são depreciados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Tabela 27 – Mutação do intangível - corrente

	Software	Uso do Bem Público(*)	Intangível em curso	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	20	3,13% - 3,85%	—	10	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	132	138.507	146	—	138.785
Adição	—	—	—	91.300 ¹	91.300
Amortizações	(40)	(4.684)	—	—	(4.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	92	133.823	146	91.300	225.361
Custo	226	189.586	146	116.377	306.335
Amortização Acumulada	(134)	(55.763)	—	(25.077)	(80.974)

	Software	Uso do Bem Público(*)	Intangível em curso	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	20	3,13% - 3,85%	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177	144.752	1	—	144.930
Adição	—	—	145	—	145
Amortizações	(45)	(6.245)	—	—	(6.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	132	138.507	146	—	138.785
Custo	226	189.586	146	25.077	215.035
Amortização Acumulada	(94)	(51.077)	—	(25.077)	(76.248)

¹ refere-se a licença da operação que foi renovada em 2025, atrelado às obrigações socioambientais.

² refere-se à ampliação do prazo da concessão, homologada em 2021, como resultado da repactuação do risco hidrológico, conforme estabelecido pela Lei nº 14.052/2020. O período de outorga da UHE Teles Pires foi prorrogado por 235 dias, passando, assim, a expirar em 28 de janeiro de 2047.

Prática contábil

Os ativos intangíveis são mensurados inicialmente ao custo, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido, ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, a empresa deve manter o ativo reconhecido ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A Companhia adota as taxas de amortização determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para seus bens, utilizando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são amortizados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 11 – FORNECEDORES

Tabela 33 – Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Bens Materiais e Serviços	15.433	8.961
Energia Comprada para Revenda	—	3.991
Encargos de uso da rede	38.450	44.902
	53.883	57.854

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros emb



13.2. Obrigações assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas de covenants em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

De acordo com a Cláusula Contratual, devido ao não atingimento ICSD no exercício de 2024, foi necessário realizar a composição das contas garantias via fiança bancária no valor de até R\$ 142.164.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 14 – USO DO BEM PÚBLICO – UBP

Saldos em 31 de dezembro de 2024	191.168
Atualização monetária	10.755
Ajuste a valor presente	4.511
Pagamentos	(12.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	194.151
Circulante	16.934
Não circulante	177.217
Saldos em 31 de dezembro de 2023	190.193
Atualização monetária	8.484
Ajuste a valor presente	4.210
Pagamentos	(11.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	191.168
Circulante	14.917
Não circulante	176.251

Em 07 de setembro de 2014, a "CHTP" celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Teles Pires. A "CHTP" recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.

NOTA 15 – RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

O saldo da conta de ressarcimento às distribuidoras será compensado com exposições positivas apuradas pela Companhia no âmbito do mercado de Curto Prazo – MCP, conforme as regras da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCE. A Realização de saída de caixa somente ocorrerá caso não haja compensações suficientes até o prazo final estabelecido, em 2041.

CONSOLIDADO

Saldos em 31 de dezembro de 2024	527.019
Atualização financeira ¹	20.025
Ressarcimento - efeito redução da receita	(53.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	493.998
Circulante	—
Não circulante	493.998
Saldos em 31 de dezembro de 2023	506.743
Atualização financeira	50.638
Ressarcimento - efeito redução da receita	(30.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	527.019
Circulante	—
Não circulante	527.019

¹A redução da atualização financeira da obrigação em 2025 decorre da reestimativa das projeções das exposições de energia na CCEE, em função da alteração da premissa definida pela área de Regulação da AXIA Energia, controladora indireta da Companhia, que passou a planejar a celebração de contratos de venda de energia com o objetivo de reduzir os excedentes e, consequentemente, alongar o cronograma de pagamento da obrigação, resultando na redução do valor presente da obrigação.

Prática contábil

O ressarcimento às distribuidoras foi reconhecido inicialmente pelo valor previsto no Termo de Compromisso ("TC") firmado com a ANEEL e, posteriormente, mensurado a valor presente, com base nas projeções do IGP-M e das exposições positivas na CCEE, sendo as variações reconhecidas no resultado financeiro.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista, cível e ambiental, que se encontram em vários estágios de julgamento.

16.1. Provisões para litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

Tabela 57 – Provisões para litígios

	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	126.363	122.566
Processos trabalhistas	2.643	4.788
	129.006	127.354

As provisões tiveram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte movimentação:

Tabela 58 – Mutação das provisões para litígios

Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.354
Constituição de provisões	19.843
Reversão de provisões	(16.167)
Atualização monetária	(2.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	129.006

A movimentação da constituição das provisões está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a causas trabalhistas e cíveis.

As provisões para litígios relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são discutidas a seguir:

16.2. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a CHTP possui ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 126.363 (R\$ 122.303, em 31 de dezembro de 2024).

Destacam-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da CHTP.

16.3. Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, a CHTP possui ações judiciais trabalhistas com a estimativa provável de perdas de R\$ 2.643 (R\$ 4.788, em 31 de dezembro de 2024).

Referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho.

16.4. Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

Tabela 59 – Processos com perda possível

	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	2.414	4.144
Processos trabalhistas	—	1.497
Processos tributários	106.143	97.347
Processos regulatórios	4.764	3.965
Processos ambientais	243.717	221.736
Processos fundiários	2.122	333
	359.160	329.022

16.4.1. Tributários

A Companhia é parte envolvida em processo em processos legais, com a natureza de ação tributária, tais quais autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange recolhimento de ICMS no valor de 91 milhões em 31 de dezembro de 2025.

16.4.2. Ambientais

O principal processo ambiental cujo risco é possível se trata de uma demanda que gira em torno do cumprimento de obrigações ambientais assumidas pela Companhia em decorrência de compromissos contratuais e regulatórios e dos impactos com a implantação do empreendimento, em 2011.

16.5. Depósito judicial

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	23.852	65.509
	23.852	65.509

A variação apresentada no saldo refere-se, substancialmente, ao levantamento de depósitos judiciais relacionado a processos.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios são reconhecidos no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

Os depósitos judiciais, reconhecidos no ativo da Companhia, são mensurados inicialmente pelo valor depositado e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos de desembolso é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 2.486.901 e suas ações não têm valor nominal.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

Tabela 62 – Capital social

	31/12/2025		CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Teles Pires Participações S.A.	2.464.519	99,10	2.464.519	99,10
Centrais Elétricas do Brasil S.A.	22.382	0,90	22.382	0,90
	2.486.901	100	2.486.901	100

NOTA 18 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 65 – Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Geração	1.063.934	1.039.776
Suprimento	47.656	30.362
Suprimento CCEE	95	3.565
Outros	1.111.685	1.073.703

(-) Deduções à Receita Operacional		
(-) PIS e COFINS	(101.478)	(98.266)
(-) Encargos setoriais	(74.007)	(65.573)
(-) ICMS	(11.339)	(11.369)
	(186.824)	(175.208)

Receita operacional líquida	924.861	898.495
-----------------------------	----------------	----------------

Prática contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração.

A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos.

NOTA 19 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Tabela 66 – Custos e despesas operacionais – acumulado

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Plano de demissão voluntária	—	—	—	—	—	—
Material	(2.267)	—	(2.267)	(2.435)	(11)	(2.446)
Serviços	(13.316)	(1.103)	(14.419)	(10.281)	(15.643)	(25.924)
Energia comprada para revenda	(23.357)	—	(23.357)	(54.728)	—	(54.728)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(263.477)	—	(263.477)	(368.410)	—	(368.410)
Pessoal	(21.012)	(12.398)	(33.410)	(5.846)	(19.094)	(24.940)
Contingências Operacionais	(39.627)	(132)	(39.759)	—	—	—
Depreciação e amortização	(159.292)	—	(159.292)	(170.817)	(381)	(171.198)
Doações e contribuições	—	—	—	—	—	—
Perdas estimadas/Provisões operacionais	—	—	—	—	(37)	(37)
Outros	(6.374)	(29.801)	(36.175)	(12.267)	(266)	(12.533)
	(528.722)	(43.434)	(572.156)	(624.784)	(35.431)	(660.216)

NOTA 20 – RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 69 – Provisões operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	36.302	13.195
Avaliação a Valor Justo - Ressarcimento	77.811	—
Outras receitas financeiras	1.911	5.847
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(1.777)	(883)
	114.247	18.159

Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(198.463)	(179.108)
Atualização do ressarcimento às distribuidoras	(92.845)	(50.638)
Atualização provisão para contingências	(3.693)	(4.162)
Atualização UBP	(10.755)	(8.105)
Outras despesas financeiras	(4.560)	(4.782)
	(310.316)	(246.795)

Itens financeiros, líquidos		
Variações cambiais	(5)	(537)
	(5)	(537)

	(196.074)	(229.173)
--	------------------	------------------

NOTA 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

21.1. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado - Ativo		132.691	258.610
Caixa e equivalentes de caixa		19.702	151.055
Clientes		112.989	107.555
Valor justo por meio de resultado		270.621	53.500
Títulos e Valores Mobiliários	2	270.621	53.500
Custo Amortizado - Passivo		(2.113.881)	(2.250.746)
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(1.865.847)	(2.001.724)
Fornecedores		(53.883)	(57.854)
Obrigações ambientais ¹		(108.342)	(24.552)
Ressarcimento às Distribuidoras		(493.998)	(527.019)
Concessões apagar - Uso do bem público		(194.151)	(191.168)

¹ Em 2025, foi renovada a licença de operação da UTE Teles Pires, a qual estabeleceu novas exigências ambientais necessárias para a manutenção da usina em operação. Em decorrência dessas obrigações, o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 era de 108.342 (24.552 em 31 de dezembro de 2024).

21.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2025 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook, publicado pela OCDE.

a) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

Tabela 73 – Risco de apreciação das taxas de juros

	Saldo em 31/12/2025	Efeito o resultado Cenário I - Provável 2025 (+25%)¹	Cenário II (+25%)¹	Cenário III (+50%)¹
CDI	270.621	47.511	59.389	89.083
Aplicações financeiras em CDI	270.621	47.511	59.389	89.083
Impacto no resultado	(1.865.847)	(327.574)	(409.468)	(614.201)
TJLP				
Emprést., Financ. e Debêntures	(1.865.847)	(327.574)	(409.468)	(614.201)
Impacto no resultado				

Premissas adotadas:

	31/03/2025	Provável	25%	50%
CDI (%)	14,32	17,56	21,95	32,92
TJLP (%)	8,67	10,20	12,74	19,12

21.3. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

	2025
2026	194.270
2027	186.771
2028	186.771
2029	186.771
2030	186.771
2031 até 2036	924.491
	1.865.846

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.



DIRETORIA

Antonio Augusto Bechara Pardauil
Diretor Técnico

Eduardo Cardeal Tomazzia
Diretor Administrativo Financeiro, Coordenação e Meio Ambiente

Alexandre Lira da Rocha
Contador CRC-DF 18622/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

